

## Ficha de Identificação do Artigo Final – Turma 2014

<b>Título:</b> A Diversidade na Escola: identificando e trabalhando com os fatores que geram “exclusões”	
<b>Autor:</b> Eliane Cristina da Costa	
<b>Disciplina/Área</b>	Gestão Escolar
<b>Escola de Implementação do Projeto e sua localização:</b>	Colégio Estadual “Dom Pedro I” Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante.
<b>Município da escola:</b>	Lidianópolis – PR
<b>Núcleo Regional de Educação:</b>	Ivaiporã
<b>Professor Orientador:</b>	Dr <sup>a</sup> . Marleide Rodrigues da Silva Perrude
<b>Instituição de Ensino Superior:</b>	Universidade Estadual de Londrina – UEL
<b>Relação Interdisciplinar:</b>	
<b>Resumo:</b>	<p>Este artigo descreve como se deu a implementação do projeto que tinha por objetivo discutir a diversidade presente na escola, sobretudo no Ensino Fundamental, e refletir sobre ela, identificar os fatores que geram exclusões e trabalhar com eles. O desenvolvimento do estudo foi realizado com professores, equipe pedagógica e a direção em uma escola pública do estado do Paraná. O projeto partiu da seguinte problematização: Num contexto que desconsidera a realidade social, cultural e econômica dos alunos e atua na perspectiva da homogeneização e padronização, ignorando, por diversos fatores, as diferenças, estariam os professores interessados em iniciar um processo de estudo desta realidade, objetivando o enfrentamento dos preconceitos e exclusões presentes na escola? Com este intuito, realizamos encontros com professores do Ensino Fundamental, equipe pedagógica e direção, para estudos, reflexões e diálogo; participamos dos conselhos de classe das turmas do Ensino Fundamental e contribuímos na organização de reuniões de pais dos alunos do Ensino Fundamental. Os resultados apresentados mostram o quanto era necessária a abordagem da temática na escola para que houvesse mais união entre alunos, pais, professores, equipe pedagógica e direção escolar com objetivo de reduzir a questão da diversidade.</p>

<b>Palavras-chave:</b>	Diversidade Escolar. Preconceito. Exclusão.
<b>Formato do Material Didático:</b>	Artigo Científico
<b>Público:</b>	Professores, Equipe Pedagógica, Direção e Alunos do Ensino Fundamental.

# A DIVERSIDADE NA ESCOLA: IDENTIFICANDO E TRABALHANDO COM OS FATORES QUE GERAM “EXCLUSÕES”<sup>1</sup>

Autor: Eliane Cristina da Costa<sup>2</sup>

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marleide Rodrigues da Silva Perrude<sup>3</sup>

## RESUMO

Este artigo descreve e analisa a implementação do projeto referente ao estudo sobre a diversidade na escola, tendo por objetivo discuti-la refletir sobre ela, sobretudo no Ensino Fundamental, identificando e trabalhando os fatores que geram exclusões, situações reveladoras de preconceitos e discriminações. O estudo foi realizado com professores, equipe pedagógica e a direção, em uma escola pública do município de Lidianópolis do estado do Paraná. O projeto partiu da seguinte problematização: Em um contexto que desconsidera a realidade social, cultural e econômica dos alunos e atua na perspectiva da homogeneização e padronização, ignorando, por diversos fatores, as diferenças, estariam os professores interessados em iniciar um processo de estudo desta realidade, objetivando o enfrentamento dos preconceitos e exclusões presentes na escola? Estariam eles abertos a isso? Para tanto, criamos grupos de estudos com professores do Ensino Fundamental, Equipe Pedagógica e Direção, para estudos, reflexões e diálogo; participamos dos conselhos de classe das turmas do Ensino Fundamental, e ajudamos na organização de reuniões de pais dos alunos, contribuindo com o repensar sobre os fatores que geram a exclusão no espaço escolar, auxiliando no encaminhamento de ações. Os resultados apresentados mostram o quanto se necessitava de uma abordagem da temática na escola, assim como de ações coletivas entre alunos, pais, professores, equipe pedagógica e direção escolar para fomentar o aprofundamento dos estudos.

**Palavras-chave:** Diversidade Escolar. Preconceito. Exclusão.

---

<sup>1</sup> Este material aqui apresentado faz parte do Plano de Desenvolvimento da Escola, e do Grupo de Trabalho em Rede - GTR

<sup>2</sup> Professor PDE. Lotado na Escola Estadual “Dom Pedro I” Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante. Lidianópolis – PR, 2015.

<sup>3</sup> Orientadora: Doutora em Educação e Docente do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina, 2015.

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, é impossível atuar em uma escola sem discutir, observar a diversidade escolar e nela intervir, pois, no contexto escolar, estão inclusos alunos de diferentes religiões, raças, gêneros culturas e diferenciadas necessidades especiais. Em vista disso, o professor precisa discutir esta diversidade, especialmente no Ensino Fundamental, e identificar os fatores que geram exclusões, como situações de preconceito e discriminação.

Sobre esta situação encontrada nas escolas atuais, Cury (2000, p.41) faz a seguinte descrição:

É evidente que a Constituição está empregando o termo discriminação no sentido de uma separação preconceituosa desrespeitadora do princípio da igualdade. Isto é: uma atitude que priva indivíduos ou grupos de direitos aceitos por uma sociedade por causa de uma diferença. Esta atitude, então, torna-se opressiva. A rigor, discriminar é separar, estabelecer uma linha divisória, classificar ou mesmo estabelecer limites. É reconhecer diferenças e semelhanças sem que isto signifique motivo de exclusão ou separação ou formas de desprivilegiamento.

Para melhorar a qualidade da educação em nosso país, é preciso oferecer um ensino que garanta a todos os alunos a oportunidade de desenvolver seu potencial de aprendizagem em um ambiente seguro, sem exclusões, que lhes permita contribuir para uma sociedade responsável, respeitosa, constituída por cidadãos críticos e atuantes.

A chave para esta realidade consiste em aprender a conviver com os outros, reconhecendo seus semelhantes como idênticos em dignidade e direitos. Ou seja: é necessário defender-se a existência de “Uma igualdade que não reconhece qualquer forma de discriminação e de preconceito com base em origem, raça, sexo, cor, idade, religião e sangue entre outros” (CURY, 2000, p. 6).

Aprender a viver com os outros significa reconhecer em cada uma das pessoas as capacidades diferentes, valorizando-as como sujeitos ativos reforçando a aprendizagem e o desenvolvimento educacional.

Professores, equipe pedagógica e direção escolar devem tornar visível a diversidade, discutir as diferenças, entender e ouvir os outros, pois estas são experiências que ajudam a abordar o desconhecido, com a informação necessária

para quebrar os mitos e estereótipos que são a base da discriminação.

O estudo aqui apresentado mostra que é no ambiente escolar onde os alunos aprendem a interagir com pessoas diferentes, que há pessoas com diferentes modos de ser, pensar e agir, sendo, portanto, um espaço onde aprendem a compartilhar e a viver juntos. Mas, estas diferenças, favorecem o aparecimento da discriminação, fazendo com que alguns se sintam excluídos.

Neste contexto, as experiências no ambiente escolar podem ser positivas e favoráveis para a maioria dos estudantes, mas para muitos deles, podem ser um processo doloroso e traumático, quando alguns alunos são expostos a manifestações de discriminação, principalmente aquelas que são características da sua identidade pessoal e social, tais como: etnia, nacionalidade, idioma, ideologia, opinião política, religião, crença, identidade de gênero, idade, filiação, aparência pessoal, doença ou deficiência. Daí a importância de se promover o desenvolvimento de escolas capazes de abraçar a diversidade para garantir a todos os alunos, sem exceção, a igualdade de oportunidades. Isto requer a participação e o empenho de toda a comunidade escolar para transformações que devem ocorrer em todos os níveis: infra-estrutura, metodologias, práticas pedagógicas e as políticas educacionais.

É necessário portanto, discutir com alunos, pais e/ou responsáveis, professores e direção escolar o tema diversidade para que juntos possam diminuir as questões de discriminação e preconceito, fazendo com que todos os envolvidos no ambiente escolar possam respeitar as diferenças existentes entre eles.

Com tal perspectiva, relata-se o conjunto de ações desenvolvidas durante a implementação do projeto “A diversidade na escola: identificando e trabalhando com os fatores que geram exclusões”<sup>4</sup> com o objetivo de discutir a diversidade presente na escola, sobretudo no Ensino Fundamental, e refletir a respeito dela, buscando identificar e trabalhar os fatores que geram exclusões.

Destacam-se, neste texto, reflexões acerca da diversidade na escola, sobretudo na atuação docente, e propõe-se o repensar de atitudes e comportamentos que reforçam estereótipos, preconceito e a discriminação.

---

<sup>4</sup> O projeto foi desenvolvido entre fevereiro de 2014 e dezembro de 2015,

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Vivemos em um ambiente educacional complexo. O modelo predominante de globalização traz à tona, cada vez mais as diferenças e instala certa heterogeneidade nos ambientes educacionais. Por outro lado, é também verdade que, existem, os próprios valores e os valores que se impõem como inaceitáveis e geradores de uma tensão dentro da sala de aula. Surge assim a intolerância, ou seja, a rejeição do outro, de suas atitudes e comportamentos.

Os estudos de Heller (2004, p.43), contribuem para a compreensão do preconceito a partir da “esfera da cotidianidade”, ou seja, do “pensamento fixado na experiência empírica e, ao mesmo tempo, ultra generalizador” que leva os profissionais a não se libertarem dos preconceitos, o que pode implicar uma atuação limitada e um comportamento que desconsidere por completo as novas e dinâmicas gerações.

Cury (2008) faz uma leitura muito interessante que pode justificar o encontro de tantas diferenças num mesmo espaço. O autor afirma que as políticas públicas que regulamentam o direito à educação propõem uma “inclusão excludente e seletiva”, tendo suas origens na história do Brasil que sempre separou e excluiu determinadas pessoas por pertencimento étnico e social, como o caso dos negros, mulheres, índios, pobres e filhos de trabalhadores rurais e assalariados, por exemplo. Na atualidade, todas estas chamadas “minorias” estão presentes na escola, convivendo obrigatoriamente no mesmo espaço. Entretanto, os profissionais continuam sendo formados e atuando na perspectiva ideológica da homogeneização e padronização, utilizando-se de métodos tradicionais e descontextualizados resistindo a este contexto atual. Assim, Cury (2008, p. 219) defende que:

Estamos diante de um desafio instaurador de um processo que amplia a democracia e educa a cidadania, rejuvenesce a sociedade e irriga a economia. Estamos diante da necessidade de uma saída urgente para a educação de qualidade. Uma saída que obedeça aos ditames da razão que a educação inaugura. O Estado que não assume essa via decreta sua perdição. A sociedade que não busca essa saída aceita a autoridade da submissão e refuga o caminho da autonomia.

Cury (2008) propõe um pacto entre Estado e grupos sociais, tendo a política

como mediadora para superar e vencer as barreiras e os que impedem que a democracia seja mais ampla. Defende, ainda, que é inadiável a priorização da qualidade da educação básica para a construção de espaços sociais inclusivos de mais liberdade.

Heller (2004) defende que precisamos nos libertar de nossos preconceitos. Reconhece que não existe uma receita pronta, mas que devemos nos desafiar, sem, contudo, perdermos o controle por conta de nossas convicções. Na perspectiva da libertação de preconceito, Miranda (2005, p. 649), sugere que a mudança deve se dar na forma de compreender a educação, sobretudo por parte “daqueles que a realizam na prática”.

Aoyama e Perrude (2009, p. 177) entendem que o “espaço pedagógico deve ser pensado como espaço sociocultural”, “não-neutro” e que a “ação pedagógica pode ser pensada tanto em termos da produção da exclusão, quanto como espaço promotor da inclusão e da reflexão sobre a diversidade” presente neste espaço.

Há que se atentar, contudo, para a possibilidade de as ações propostas não virem a fortalecer ainda mais os preconceitos já estabelecidos, ou, ainda não despertados. Neste processo, é possível implementar ações de padronização que podem inculcar valores de gerações estáticas como verdades absolutas. Lidar com a escola atual e o contexto de indisciplina comportamental apresentada, é, portanto um processo de desafio e de aprendizado.

A LDB (Lei nº9394/96), em seu artigo 32º, inciso III, afirma que o ensino deve ser transmitido, buscando a aquisição de conhecimentos, habilidades e a formação de atitudes e valores e estabelece a escola como responsável pela formação do cidadão, sendo também, sua função desenvolver valores para se viver na sociedade e dela participar. Portanto, é fundamental que a escola não promova somente o desenvolvimento intelectual dos alunos, mas que também contribua na formação para que estes construam seus próprios conceitos e valores, estabelecendo o que é fundamental para sua formação. Nesta perspectiva, os profissionais da escola, encontram, ainda, amparo nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Paraná (2008) e, no Projeto Político Pedagógico da escola que prevê o reconhecimento dos sujeitos e sua realidade.

Assim, é urgente não só uma mudança de postura dos profissionais da

educação, como também o oferecimento pelas políticas educacionais de suporte e estrutura material, financeira, tecnológica e humana, para se enfrentar tantos desafios. A partir de Cury (2008), é possível afirmar que a escola pública, no conceito mais político da palavra, está recebendo todos os sujeitos, emanados das mais diversas realidades e não está conseguindo equilibrar e mediar seu trabalho frente às inúmeras funções sociais que lhe estão sendo atribuídas.

Vive-se um momento conturbado, em que várias gerações convivem num mesmo espaço, com valores morais e éticos diferentes, que não possuem a mesma validade para todas as gerações. Trata-se de sujeitos extremamente complexos, que historicamente, foram excluídos dos processos educativos, tendo seus direitos normatizados por meio das resistências, e, na prática, perdura uma invisibilidade para com estes. Segundo Aoyama e Perrude (2009, p.169), “discutir a escola no campo da diversidade leva-nos à necessidade de compreendê-la sob a ótica das diferenças e das desigualdades. Implica ainda compreender a multiplicidade de sujeitos que compõem esse espaço”.

Aoyama e Perrude (2009, p. 170) alertam que é inevitável a discussão “acerca da desigualdade e da exclusão social”, bem como a reflexão quanto ao “agravamento da situação social” brasileira. Todas estas questões fundamentam as problemáticas vivenciadas na sala de aula da escola pública e têm desafiado educadores na sua prática docente. É fundamental, por isso, proporcionar momentos de diálogo com os professores para que estes possam ler compreender esta realidade e refletir sobre ela, para que, então, adotem metodologias mais coerentes e consistentes para a prática pedagógica cotidiana.

Como se observa, está instalada uma situação conflituosa, de contradições, pois é muito comum ainda uma prática docente que valoriza somente os “bons” alunos e que atua na perspectiva da escola como “espaço de homogeneização” (AOYAMA e PERRUDE, 2009).

Ainda conforme estas autoras, apesar da legislação e dos discursos que exigem uma prática pedagógica da inclusão e da igualdade, muitos alunos são “marcados pela exclusão” e têm suas “expectativas diminuídas”, sendo responsabilizados pela sua condição social, cultural e econômica. Além disso, em muitos casos, têm seu comportamento justificado pela sua condição familiar que



foge aos padrões estabelecidos. Aoyama e Perrude (2009, p.172) chamam atenção para a “necessidade de enfrentamentos, denúncias e da não-naturalização destes tratamentos desiguais”.

De acordo com Oliveira (2009, p.17), “as políticas educativas na atualidade partem da noção de que a escola é um espaço de ensino, mas antes de tudo, de promoção de justiça social”. Segundo a autora, a escola passou a ter atribuições e funções sociais muitas vezes de caráter assistencial, o que lhe tem determinado a necessidade de correção de “determinados desequilíbrios característicos da estrutura social e econômica” frutos de uma história pautada na manutenção do sistema capitalismo e liberal que jamais teve e nem tem nenhum interesse em acabar com as desigualdades.

Neste contexto, a função da escola concentra-se tanto no tratamento da diversidade cultural e étnica, quanto na crítica das limitações da educação formal e sistemática. A autora acredita que a educação escolar transmite a idéia de tributação, no sentido de “acusação” exercida quando tenta transmitir valores a determinado grupo social. É este grupo ou setor dominante que prioriza alguns conteúdos e neutraliza outros.

Entre os seus objetivos gerais, pretende a possibilidade de uma educação que garanta a conformidade com a igualdade de oportunidades e é para os alunos alcançar uma competência bicultural, que insira os indivíduos em dois ou mais tipos de diversidades presentes em sala de aula (Oliveira, 2009).

Compreende-se, assim, que a escola necessita urgentemente de lidar com as diversidades existentes dentro da sala de aula e que a comunidade escolar pode chegar a um consenso de que todos podem conviver, respeitando a diferença do outro.

### **3 PROBLEMATIZAÇÃO**

O Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual onde se desenvolveu o projeto previu a preocupação em desenvolver a sensibilidade do aluno, o comprometimento com sua formação como ser humano, preparando-o para um

futuro que contemple trabalho, cidadania, que viva respeite a pluralidade cultural, e, os valores éticos, morais e culturais.

Porém, conforme dados do sistema escolar/2014, as turmas público-alvo desta proposta contam com 27 e 25 alunos, respectivamente, matriculados no período da manhã e tarde, distribuídos de forma heterogêneas, econômica e culturalmente, em um ambiente cujas práticas e recursos tendem a homogeneizá-los e padronizá-los, onde as ações docentes são pouco ou nada inovadoras, desmotivadoras e, em muitos casos, sem domínio do conteúdo cultural.

Por isso, entende-se que estudar os sujeitos caracterizados pelas diversidades de valores e culturas, num contexto que desconsidera a realidade social, cultural e econômica dos alunos e atua na perspectiva da homogeneização e padronização é muito importante.

Em função de tal realidade, formularam-se os seguintes questionamentos: estariam os professores interessados em iniciar um processo de estudo desta realidade, objetivando o enfrentamento dos preconceitos e exclusões presentes no chão da escola? Estariam eles propensos a isso? Como estabelecer um trabalho colaborativo com todos os profissionais da escola sobre tal tema, envolvendo e integrando os profissionais da Educação Especial, objetivando entender estágios, capacidades e limitações dos alunos com necessidades educacionais especiais, para sua inclusão no ambiente escolar?

Tais questionamentos são fundamentais, posto que os problemas que excluem muitos alunos só se resolverão quando a diversidade escolar for trabalhada dentro do ambiente escolar e envolver todos os sujeitos da comunidade escolar, especialmente, dentro de cada sala de aula.

Até porque, como ressalta Cury (2000, p.7):

O término de uma tal discriminação não é uma tarefa exclusiva da educação escolar. Esta e outras formas de discriminação não têm o seu nascedouro na escola. A educação escolar, ainda que imprescindível, participa dos sistemas sociais, mas ela não é o todo destes sistemas. Daí que a busca de uma sociedade menos desigual e mais justa continue a ser um alvo a ser atingido em países como o Brasil.

Sem esta colaboração tais alunos sempre serão “empurrados” ou permanecerão invisíveis, não sendo atendidos nas suas necessidades. É preciso

compreender e não desconsiderar que os sujeitos da Educação Especial também compõem os sujeitos da diversidade e exclusão do processo educacional.

#### **4 METODOLOGIA**

O Projeto intitulado “A diversidade na escola: identificando e trabalhando com os fatores que geram “exclusões”” tinha por objetivo discutir e refletir sobre a diversidade presente na escola, sobretudo no Ensino Fundamental, percebendo e trabalhando com os fatores que geram exclusões.

A proposta de trabalho surgiu a partir da atuação da professora PDE na escola pública, nos últimos dez anos, enquanto docente da disciplina de Ensino Religioso e na Educação Especial, como docente de Sala de Recursos Multifuncionais<sup>5</sup>, atendendo a alunos com déficit de aprendizagem, hiperatividade e deficiência visual, além da experiência de lecionar Sociologia para o Ensino Médio e na gestão. Neste período observou-se, em especial nos últimos três anos, a dificuldade de atuar como professor nas turmas do Ensino Fundamental, sobretudo nos 6º anos, com os conflitos presentes em sala de aula, com o desconhecimento e não aceitação de regras, visualizados entre os próprios alunos, euforia, inúmeras diferenças que exigem da escola e do professor mais atenção e metodologias para atender a tamanha diversidade.

O desenvolvimento do projeto teve como premissa a apresentação da proposta para o coletivo da escola, com o objetivo de mobilizar os profissionais para o estudo do tema Diversidade e a reflexão sobre ele. Propôs-se a organização de um grupo de estudos, composto, prioritariamente por professores das turmas do Ensino Fundamental, em especial, os que atuavam nos 6º anos e na Educação Especial e outros docentes que se sentiram motivados e interessados. Realizou-se um conjunto de estudos teóricos, definidos de acordo com os trabalhos que já vinham sendo realizados, destacando-se os temas: A diversidade na escola: Quem

---

<sup>5</sup> Sala que atende a alunos, oferecendo-lhes equipamentos de informática, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos, destinada a integrar alunos com necessidades especiais, nas escolas públicas regulares, por meio da política de educação inclusiva.

são os sujeitos da diversidade presentes na escola?; Diversidade na escola: Legislações e sua efetiva implementação na escola: Diversidade e indisciplina: dilemas do cotidiano escolar; Educação e Diversidade: Indagando o currículo escolar e suas relações com a prática pedagógica; Diferenciação Pedagógica e o trabalho colaborativo.

Concomitantemente, acompanharam-se as reuniões pedagógicas, planejaram o conselho de classe, as reuniões de pais ou responsáveis, além de se ter instigado a reflexão e o comprometimento para uma atuação que estabeleceu entre professores e alunos vínculos de afetividade e respeito.

Durante o desenvolvimento do projeto, buscou-se estabelecer um canal de comunicação com a família para acompanhar o processo de educação, ensino e aprendizagem, pois era necessário que os professores conhecessem a constituição familiar de cada aluno para saber qual atitude tomar mediante problemas que pudessem vir a ter.

Executou-se, ainda, um trabalho com o GTR<sup>6</sup>, que tinha por objetivo compartilhar com os professores participantes o projeto que estava sendo desenvolvido na escola, o que possibilitou que, por meio do fórum e das atividades com a plataforma de ensino, eles pudessem trocar experiências, sanar suas dúvidas e apresentar respostas às atividades específicas que deveriam ser desenvolvidas por eles.

## **5 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A apresentação do projeto teve boa aceitação por parte do grupo, pois todos concordaram com a necessidade de uma reflexão sobre a diversidade presente na escola. Observou-se que na realidade, existem muitos desafios, principalmente no período vespertino. Muitos dos envolvidos no processo de ensino afirmaram não ter conhecimento suficiente para trabalhar com a diversidade, com metodologias que

---

<sup>6</sup> O Grupo de Trabalho em Rede (GTR) constitui uma das atividades do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) e se caracteriza pela interação a distância entre o professor PDE e os demais professores da rede pública estadual de ensino.

atendam a algumas necessidades. Também destacaram que já se avançou muito nos trabalhos com a diversidade, pois até a pouco tempo, o grupo tinha dificuldade de discutir as propostas sobre o tema.

Iniciou-se o trabalho, debatendo-se o tema “Diversidade na Escola”. A ação foi mediada pelo diálogo, para que os participantes pudessem questionar, no grupo, os problemas existentes na escola, reconhecê-los para saber quais ações desenvolver, pois a correria diária e a preocupação em dar conta dos conteúdos não favorecem o espaço para o trabalho direcionado às diversidades.

Ao final do primeiro encontro os participantes compreenderam e reconheceram que, para atender a algumas necessidades, é preciso desenvolver ações diferenciadas no ambiente de trabalho. Isso porque, se, por um lado, a regulação social da modernidade capitalista é construída por processos que geram a desigualdade e a exclusão, por outro, necessita-se de mecanismos para o enfretamento de processos que geram exclusão.

Posicionar-se sobre a questão da atenção à diversidade nas escolas envolve a proposta de um processo de reflexão sobre a necessidade do trabalho coletivo da comunidade escolar. Diretores e professores devem compreender que a atenção à diversidade deve ser um procedimento regular, não devendo constituir-se apenas medidas adotadas para determinados alunos.

Respeitar a diversidade é um requisito básico e fundamental de qualquer sistema de ensino. Portanto, não se deve pensar que tal cuidado deve ser adotado apenas em determinadas escolas ou em datas especiais, mas, o ideal é que todas as escolas do sistema proporcionassem uma educação adequada às características dos alunos e, assim, evitassem as desigualdades geradas, em resposta a práticas pedagógicas que não atendem às suas necessidades educacionais.

No segundo encontro com o grupo, apresentou-se o tema “Quem são os sujeitos da diversidade presentes na escola?” Na abordagem do conteúdo, os estudos de Cury (2008)<sup>7</sup> nos amparam e o grupo observou o percurso histórico dos sujeitos deserdados do Brasil e, que os excluídos continuam sendo os mesmos, aqueles tachados de indisciplinados.

---

<sup>7</sup> CURY, C. R. J. **A Educação Escolar, a exclusão e seus destinatários**. Educação em Revista: Belo Horizonte, n.48, p. 205-222, dez/2008.

Cury (2008), em seu texto, esclarece que para legitimar as exclusões ou a “inclusão excludente”, como prefere o autor, aprovou-se a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 4.024/61, cujas brechas, deixam claro quem não precisa ser destinatário da educação escolar:

Os que comprovem ‘estado de pobreza’, os que não puderem ir à escola por haver ‘insuficiência de escolas’ ou por estas já terem suas ‘matrículas encerradas’. Além desses casos, incluem-se os indivíduos que estejam com alguma ‘doença ou anomalia grave’. (CURY, 2008, p.214).

Observou-se aqui que a definição de discriminação dá um tratamento inferior a uma pessoa ou grupo, por razões advindas da sua identidade social ou individual. Os preconceitos são julgamentos ou opiniões emitidas por qualquer pessoa, sem informação ou conhecimento suficiente. No ambiente escolar, sempre envolvem uma avaliação, favorável ou desfavorável sobre pessoas, situações que destroem sentimentos e emoções, fazendo com que estas se sintam excluídas do grupo.

Atitudes discriminatórias são aprendidas. Isto é particularmente relevante e confirmado por várias evidências que mostram como crianças e adolescentes incorporam suas opiniões e atitudes de discriminação contra grupos sociais que são tradicionalmente marginalizados e excluídos.

Ao final do estudo, observou-se que a diversidade escolar despertou nos professores um novo olhar para a necessidade de construir ações pedagógicas que possibilitem atender a estes sujeitos que se sentem excluídos do ambiente escolar, de modo a romper as diversas barreiras como tempo, materiais e a dificuldade de participação das famílias.

Discutiu-se ainda, o tema “Diversidade na Escola: legislações e sua efetiva implementação na escola”. O estudo propôs uma discussão sobre as desigualdades sociais. Neste contexto, o coletivo fez algumas considerações e, por meio das discussões, chegou-se à conclusão de que o Estado tenta desenvolver algumas ações para o combate à desigualdade, porém a escola não o consegue por si só: é necessário adotar políticas públicas e envolver toda a sociedade.

O grupo enfatizou que melhorou muito a abordagem da diversidade na escola se comparada aos anos anteriores, mas ainda há muito que se fazer para reduzi-la, efetivamente e até mesmo acabar com o problema de exclusão no ambiente escolar,

pois muitos dos participantes concordaram com o crescimento das desigualdades dentro da sala de aula, especialmente no ensino fundamental.

As discussões referentes ao tema Diversidade e Indisciplina apoiadas nos estudos de Julio Groppa Aquino (1998)<sup>8</sup>, possibilitaram ao grupo analisar as hipóteses do autor acerca do tema e conseguir perceber as explicações que Aquino (1998, p. 3) propôs, ao destacar que:

1º 'O aluno de hoje em dia é menos respeitador do que o aluno de antes, a escola atual se tornou permissiva, em comparação ao rigor e à qualidade daquela educação de antigamente'. (A suposição de que 'as crianças de hoje em dia não têm limites, não reconhecem a autoridade, não respeitam as regras, e a responsabilidade por isso é dos pais, que teriam se tornado muito permissivos'. 2º - Os professores levantam frequentemente sobre as razões da indisciplina é que 'para os alunos, a sala de aula não é tão atrativa quanto os outros meios de comunicação, e particularmente o apelo da televisão'. Por isso, a falta de interesse e a apatia em relação à escola. A saída, então, seria ela se modernizar com o uso, por exemplo, de recursos didáticos mais atraentes e assuntos mais atuais.

Entretanto o grupo não descartou que a escola recebe todos os tipos de sujeitos e que a dificuldade em desenvolver ações positivas vai além do trabalho do professor, pois requer mais estrutura, investimentos, políticas públicas e outros mecanismos que somente o Estado pode fornecer com maior investimento na educação.

Ao discutir-se o tema "Educação e Diversidade: indagando o currículo escolar e suas relações com a prática pedagógica" o grupo percebeu a necessidade de se desenvolver um currículo que reconheça as diversidades presentes na escola. Argumentou-se também que muito tem falado a respeito, mas que muitos dos participantes ainda estão enraizados ao senso comum e têm dificuldades em desenvolver determinadas ações no cotidiano.

Além disso, currículo da escola não está planejado para desenvolver estes alunos com tantas diferenças. Em outras palavras, o currículo educacional não abrange todas as diversidades, ele é único, o que acaba dificultando as ações, salvo se o professor adotar ações interdisciplinares.

---

<sup>8</sup>AQUINO, Julio Groppa. *A indisciplina e a escola atual*. Disponível no site: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-25551998000200011#back..](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000200011#back..)

Uma das chaves para esta formação seria o desenvolvimento de um currículo que permitisse a que os alunos construíssem mecanismos e estratégias para familiarizar-se com o conhecimento que estão adquirindo, ou seja, um currículo mais focado na resolução de problemas reais.

É necessário desenvolver um currículo abrangente com intervenções educativas e centrado em estratégias de aproximação entre os diferentes grupos que incentivam o conhecimento e a promoção do diálogo e o raciocínio.

Na sequência, refletiu-se, ainda, sobre o tema “Diferenciação pedagógica e o trabalho colaborativo”. A este respeito, o grupo compreendeu que há necessidade de diferenciação no trabalho em sala de aula, apesar das inúmeras dificuldades encontradas no ensino, mas que aos poucos, a mesma vem sendo introduzida nas aulas e no desenvolvimento do ensino-aprendizagem. Mencionou-se, também a superlotação das salas de aula o que dificulta o trabalho do professor, que acaba deixando de lado o trabalho da diversidade, fazendo prevalecer o trabalho unificado, com aulas preparadas para atingir somente o que a turma tem em comum e não a sua diversidade.

Na etapa seguinte do trabalho aconteceu a participação nas reuniões de pais e nas de conselhos de classe, durante as quais se buscou compreender que conhecimentos os pais têm sobre a diversidade escolar e, assim, entender como deve ser feita a abordagem com alguns alunos para que os mesmos não se sintam ainda mais excluídos do ensino.

Hoje, as escolas reivindicam o apoio dos pais e a colaboração mútua, mas, na prática, é difícil isso acontecer uma vez que existem conflitos de horários que tornam mais difíceis a participação e a disposição dos pais, além do que os professores nem sempre estão propensos à colaboração. Uma relação mais aberta entre pais e professores provavelmente criaria respostas positivas para o desenvolvimento do aluno face à diversidade.

Ao longo do projeto, desenvolveram-se, ainda trabalhos com o Grupo de Trabalho em Rede –GTR, que favoreceu uma grande participação de professores e pelo qual se percebeu que os participantes, em sua maioria, são profissionais que atuam na Educação Especial e que inicialmente as discussões ficaram em torno da inclusão educacional do aluno especial. No decorrer do trabalho, após conhecerem



melhor o projeto e a produção didática, os participantes começaram a dar contribuição mais rica relatando os problemas encontrados em sala de aula com alunos considerados “normais”. Compreenderam que a diversidade vai muito além de alunos com algum tipo de deficiência, seja ela de maior ou menor grau.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Projeto tinha por objetivo discutir a diversidade presente na escola, e refletir sobre ela, sobretudo no Ensino Fundamental, identificando fatores que geram exclusões, situações de preconceitos e discriminações. Buscou-se fomentar o diálogo e reflexão sobre a atuação dos professores e pedagogos na gestão das turmas do Ensino Fundamental, instigou-se a participação visando à integração e a implementação de um trabalho coletivo. Embora tenha sido amplamente debatida a questão da diversidade e suas diferentes manifestações, é possível dizer que ainda não existem intervenções ou estratégias que podem ser apresentadas como ferramentas totalmente eficazes para afastar de vez a exclusão. No entanto, é preciso reconhecer que é possível planejar e desenvolver intervenções educacionais que favoreçam adequação organizacional e curricular sobre as diferenças individuais.

Em diferentes níveis de ensino, é grande a heterogeneidade da população estudantil. Isto significa que cada escola tem experiências e formas de organização diferentes e que, portanto, existe um enorme potencial na experiência acumulada por aqueles que desenvolveram processos de trabalho sobre a diversidade.

Sobre a proposta foi muito relevante estudar e analisar alguns casos, as experiências e empregos de metodologias de ensino acerca da diversidade escolar em diferentes níveis de ensino, mostrando, claramente, as estratégias que foram postas.

A equipe pedagógica observou que são muitas as necessidades de ensinar aos alunos a conviver com alunos “diferentes” no seu meio e que trabalhar a diversidade deve ser parte integrante dos currículos de todas as disciplinas.

## REFERÊNCIAS

AOYAMA, A. L. F.; PERRUDE, M. R. S. **Educação e Diversidade: As armadilhas produzidas e reproduzidas no espaço escolar**. IX Semana 20 da Educação da UEL: política e gestão da educação: questões em debate. Londrina: UEL, 2009.

ARROYO, M. G. Políticas educacionais, igualdade e diferenças. Porto Alegre: RBPAAE, 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19969/11600>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

CURY, C. R. J. **A Educação Escolar, a exclusão e seus destinatários**. Educação em Revista: Belo Horizonte, n.48, p. 205-222, dez/2008.

\_\_\_\_\_. **Parecer CEB nº: 11/2000**. Brasília: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, 2000.

HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. 7ª ed. Paz e Terra Filosofia, 2004.

MIRANDA, M. G. **Sobre tempos e espaços da Escola: Do princípio do conhecimento ao princípio da socialidade**. Educ. Soc. Campinas, vol. 26, n.91, p.639-651, maio/agosto, 2005.

OLIVEIRA, D. A. **Crise da Escola e Políticas Educativas**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2009;

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares de Matemática**. Curitiba, SEED/2008. Disponível no site: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce\\_mat.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_mat.pdf).